



Mulheres negras 60+: histórias de vida na velhice

Black women aged 60+: life histories in old age

Mujeres negras de 60 años o más: historias de vida en la vejez

DOI: 10.55905/revconv.18n.11-134

Originals received: 10/10/2025

Acceptance for publication: 11/5/2025

Denise Ferreira da Costa

Mestra em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional

Instituição: Universidade de Brasília

Endereço: Distrito Federal – Brasil

E-mail: defco56@yahoo.com.br

Leides Barroso Azevedo Moura

Doutora em Ciências da Saúde

Instituição: Universidade de Brasília

Endereço: Distrito Federal – Brasil

E-mail: leidesm74@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute a velhice de mulheres negras brasileiras, entendendo-a como um fenômeno biopsicossocial e destacando dimensões históricas, culturais e políticas do racismo estrutural que historicamente vitima essas mulheres. A fundamentação teórica apoia-se, entre outras(os), em bell hooks, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. O objetivo é analisar as histórias de vida narradas por mulheres negras 60+, a partir de uma abordagem interseccional entre experiências de racismo, machismo, questões de gênero e idade, conferindo visibilidade a processos históricos, culturais e ideológicos assentados no racismo brasileiro e seus desdobramentos para a velhice. A metodologia é qualitativa, com análise narrativa de histórias de vida, em diálogo com a Escrivência de Conceição Evaristo e com os estudos de Ecléa Bosi sobre memória e velhice. Conclui-se que o racismo no Brasil incide de modo particularmente perverso na vida das mulheres negras, agravando danos à saúde mental na velhice. Ainda assim, mesmo diante das iniquidades, mulheres negras brasileiras 60+ exercem protagonismo, lideram suas famílias e constroem processos de resistência antirracista, afirmando a defesa da emancipação e da liberdade.

Palavras-chave: velhice, mulheres negras, racismo, interseccionalidade.

ABSTRACT

This article examines the old age of Black Brazilian women, understanding it as a biopsychosocial phenomenon and highlighting the historical, cultural, and political dimensions of structural racism that have historically victimized these women. The theoretical framework draws, among others, on bell hooks, Lélia Gonzalez, and Sueli Carneiro. The objective is to analyze the life stories narrated by Black women aged 60+, using an intersectional approach to



experiences of racism, sexism, gender issues, and ageism, thus bringing visibility to historical, cultural, and ideological processes grounded in Brazilian racism and their ramifications for later life. The methodology is qualitative, employing narrative analysis of life histories, in dialogue with Conceição Evaristo's *Escrevivência* and Ecléa Bosi's studies on memory and old age. The study concludes that racism in Brazil operates in a particularly pernicious way in the lives of Black women, exacerbating harms to mental health in old age. Even so, despite these inequities, Black Brazilian women 60+ exercise agency and leadership within their families and build antiracist forms of resistance, affirming the defense of emancipation and freedom.

Keywords: old age, Black women, racism, intersectionality.

RESUMEN

Este artículo analiza la vejez de mujeres negras brasileñas, entendiéndola como un fenómeno biopsicosocial y destacando las dimensiones históricas, culturales y políticas del racismo estructural que históricamente victimiza a estas mujeres. El marco teórico se apoya, entre otras(os), en bell hooks, Lélia Gonzalez y Sueli Carneiro. El objetivo es analizar las historias de vida narradas por mujeres negras de 60+ años, a partir de un enfoque interseccional de experiencias de racismo, machismo, cuestiones de género y edadismo, otorgando visibilidad a procesos históricos, culturales e ideológicos arraigados en el racismo brasileño y a sus repercusiones en la vejez. La metodología es cualitativa, con análisis narrativo de historias de vida, en diálogo con la *Escrevivência* de Conceição Evaristo y con los estudios de Ecléa Bosi sobre memoria y vejez. Se concluye que el racismo en Brasil actúa de manera particularmente perversa en la vida de las mujeres negras, agravando los daños a la salud mental en la vejez. Aun así, pese a las inequidades, las mujeres negras brasileñas de 60+ años ejercen protagonismo y liderazgo en sus familias y construyen procesos de resistencia antirracista, afirmando la defensa de la emancipación y la libertad.

Palabras clave: vejez, mujeres negras, racismo, interseccionalidad.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecer é processo natural de qualquer ser vivo, ação biológica resultante da passagem do tempo. Mas para os humanos este é um fenômeno biopsicossocial e, exatamente por isso, tem características singulares para grupos sociais diferentes e para indivíduos dentro de cada grupo social. Durante a vida todo ser humano, independentemente de gênero, raça a classe social, está exposto aos diversos eventos que impactam a forma como física, mental e emocional cada indivíduo lida com a sua realidade, mesmo ante fenômenos comuns ao grupo social (Bosi, 2016). Muitas vezes esses eventos, conforme intensidade e recorrência das vivências ao longo do tempo podem gerar extremo desgaste emocional, impactando negativamente na velhice. Principalmente, questões como pobreza, carência alimentar, exposição a violência física e



psicológica e dificuldades de acesso a bens sociais primários como saúde, moradia e educação tendem a repercutir como danos emocionais na velhice (Bezerra, Nunes, Moura, 2021). Além disso diferentes estudos apontam (Santos, 2016; Mbembe, 2018; Almeida, 2019) que vivências pessoais relacionadas a questões de raça, gênero e classe social, herança do passado colonial, trazem desdobramentos mais iníquos para velhice das pessoas negras.

Com base nas proposições de Mbembe (2018), Almeida (2019) e Quijano (2019) em que o foco de análise de contexto é o passado colonial, a escravização dos povos negros e ideologias racistas que forjaram a formação das sociedades contemporâneas, permite-nos propor que a velhice de pessoas negras reflete um nefasto retrato social de impossibilidades estruturais, agravadas pelas dificuldades e iniquidades vivenciadas pelo povo negro ao longo de suas histórias vida.

No Brasil situações de exclusão pelo racismo e marginalização social dos corpos negros, ainda hoje, mais de cem anos após a abolição da escravidão, continuam a limitar ou até mesmo impossibilitar a população negra de experiencie o modelo bem sucedido de envelhecimento proposto para a população idosa tanto por organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde (OMS) como pelas políticas públicas nacionais voltadas à proteção e cuidados a pessoa idosa. Isso possibilita falar que no Brasil temos diferentes velhices, configuradas por raça, classe e gênero, onde pessoas brancas e ricas usufruem de privilégios sociais disponibilizados para um envelhecimento com qualidade de vida. Enquanto, no outro extremo ignorados pelo poder público temos as pessoas negras e pobres, bionômio comum, que vivenciam um envelhecimento marcado por dificuldades e invisibilidade social (Moura *et al.*, 2023).

No tange ao reconhecimento da cidadania da pessoa idosa o Brasil não é um país omissor, pelo menos o que se refere a letra da Lei. Em âmbito legal contamos com leis abrangentes que tratam especificamente dos cuidados e atenção para as pessoas idosas. A Lei 8.842, de 1994, instituiu a Política Nacional do Idoso, com a criação do Conselho Nacional do Idoso, que tem como principal objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, com a criação de condições para a promoção da autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. A Lei 10.048, de 2000, que estabelece atendimento prioritário às pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 anos em repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos, instituições financeiras, logradouros, sanitários públicos e veículos de transporte coletivo. E, principalmente, temos como marco legal o Estatuto da Pessoa Idosa (2003), que tem sido sistematicamente atualizado para



alcançar este grupo em adequada consonância com os avanços científicos, mudanças sociais e culturais.

Todavia a questão que se levanta, quando nos propomos a discutir políticas públicas para população idosa é: De que pessoa idosa estamos falando? Qual o alcance da legislação para garantia dos direitos da pessoa idosa e promoção da velhice com qualidade e plenos direitos sociais? A mulher negra 60+ é vista e alcançada pela legislação com equidade e justiça social? A resposta a estas questões se relacionam diretamente com o nosso passado colonial e como sistematicamente o racismo, classismo e questões de gênero inteseccionalmente atravessam as políticas públicas produzindo diferentes resultados e perpetuando a iniquidade racista na vida das mulheres negras 60+.

De acordo com o Censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população total do Brasil é pouco mais de 203 milhões de pessoas, sendo que aproximadamente 32,1 milhões tem 60 anos ou mais, divididos entre 17,8 milhões de mulheres e outros 14,2 milhões de homens. O número de pessoas idosas, segundo dados, corresponde atualmente a cerca de 15,8% da população. Deste total 47, 7% correspondem da população idosa negra, sendo o maior percentual de mulheres.

Esse último dado a diferença entre a população negra geral e idosos negros - 53,6% da população brasileira é negra, mas apenas pouco mais de 47% deste grupo atinge a velhice – aponta um paradoxo injustificável, ao mesmo tempo que confirma a proposição de Almeida (2019, 2021) sobre iniquidade social brasileira perpetrada e perturbada pelo racismo estrutural. Estes dados ao serem analisados com outros como a falta de acesso a educação e educação de qualidade, ao sistema de saúde, a lazer, esporte, trabalho, moradia etc., permite identificar, sem possibilidade de argumentação contrária, que a sociedade brasileira é organizada de modo determinista pelos critérios de de raça, classe e gênero. Dispositivos que dão forma a piramide social e econômica do país. Pirâmide que as mulheres negras, desde os tempos do Brasil Colonial, ocupam a base.

Almeida (2019), ao falar o racismo estrutural e o impacto para vida da população negra, afirma que os sistemas estruturais de opressão racista aparelhado pelo poder do capital resultam em altos índices de morte, de adoecimento, de pobreza e de inacessibilidade aos espaços sociais, assumindo variadas formas de exclusão social.



Já Mignolo (2017), discute a noção de colonialidade partir da produção racializada do outro e sua relação com a demarcação de gênero, classe e distribuição de riquezas. A partir deste modelo o sujeito de direito é dos corpos universais (brancos) e o esvaziamento dessa noção aos demais, outrizados e objetificados. Vele ressaltar que diferentemente da colonização como ato político histórico situado no tempo, a colonialidade marcada pelo bionomio raça/gênero é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capital.

Não é de se estranhar, portanto, que a qualidade do envelhecimento das pessoas negras no Brasil seja avaliada de modo negativo quando comparada ao tipo de envelhecimento da população branca. Tudo ainda tem potencial de piorar quando o foco é o envelhecimento das mulheres negras brasileiras. Para estas as mazelas sociais têm caráter mais iníquo que para o restante da sociedade idosa do país, ficando abaixo inclusive do homens negros (Carneiro, 2003).

O estudo de Barbosa, Oliveira e Correia (2023, p. 2.471), sobre os cuidados a saúde integral da mulheres negras, propõe que o corpo estético-político da mulher negra é marcado por experiências singulares de exclusão, por uma liberdade vivida sob tensão. Portanto, há a necessidade de se considerar os dispositivos raça/cor do corpo histórico que entra nos espaços do cuidado, uma vez que a luta de mulheres negras ao acesso ao atendimento de clínico de qualidade é, ainda vergonhosamente em primeiro lugar contra o racismo estrutural e institucional que as exclui e segrega.

As questões que vitimam a mulher negra brasileira não se detém apenas no campo dos cuidados a saúde. Na verdade, a trajetória de vida da mulher negra brasileira do nascimento até a velhice, por quase quatro séculos, está inextricavelmente relacionada demograficamente à pobreza, baixa escolaridade e outras iniquidades sociais. Somando-se a isso temos o machismo grande responsável pela violência intra-familiar, o abandono físico e emocional do companheiro, a vulnerabilidade econômica, a destruição da autoestima pela pejorização e objetificação sexual dos corpos ao mesmo tempo que destroem sua estética física como cabelo, traços fenotípicos negroides etc. (Ribeiro, 2019).

Munanga (2020) e Moura *et al* (2023), argumentam que a interseccionalidade de gênero, raça e faixa etária constitui um intensificador do estresse, devido a inter-relação destas categorias socialmente e historicamente discriminadas, por meio das quais os indivíduos estarão mais sujeitos a potenciais estressores durante toda a trajetória de vida.



Castilho e Nunes (2021), argumentam que a dura realidade do racismo estrutural brasileiro tem sua face mais cruel para as mulheres negras, em particular, nas suas velhices. Um sistema de hierarquização social excludente fundamentado nos discursos do patriarcado/machismo, classismo, questões intra e intergênero, sendo tudo balizado pelo racismo que na fase da velhice se potencializa pelo idadismo. Sobretudo as pobres, indiscutível maioria, o envelhecimento e vivências da velhice se tornam mais iníquos pela íntima relação entre idadismo/racismo/classe/questões de gênero. A visão hegemônica da velhice trata a pessoa idosa como categoria universal, e faz uso deste artifício conviniente para mascarar a realidade dolorosa da velhice das mulheres negras, adensando as dificuldades de acesso as políticas sociais (Moura *et al.*, 2021).

Sobre esta perspectiva o Dossiê A Multidimensionalidade das Velhices: perspectivas do envelhecimento nas agendas do século XXI, de Moura *et al* (2023, p. 1), conclui que entre a “velhice de cada pessoa e o fenômeno social e coletivo, há uma heterogeneidade de situações, temas e perspectivas relacionadas aos determinantes sociais”, o que demanda tanto de pesquisadores como de gestores de políticas públicas de atenção a pessoa idosa, olhares e abordagens diferenciadas para cada realidade. Portanto, o objetivo deste artigo é construir reflexões sobre a velhice das mulheres negras brasileiras, avançando para além das análises documentais e dados estatísticos sobre o tema, que tendem a hegemonizar a partir de percentuais numéricos e graficos demonstrativos as múltiplas realidades que atravessam as histórias de vida destas mulheres. A proposta é então, com base nos estudos de histórias de vida, aprofundar o debate sobre o fenômeno multidimensional do envelhecimento da mulher negra, considerando a realidade individual trazidas pelas suas vozes, suas narrativas de histórias de vida de modo a produzir visibilidade a aspectos singulares do envelhecimento feminino negro, construindo pontos de contato coletivo sem perder de vista o caráter ontológico de uma pesquisa deste porte.

A pesquisa Mulheres Negras 60+ e Histórias de Vida na Velhice - diálogo entre Conceição Evaristo e Ecléa Bosi, busca analisar narrativas de histórias de vida de mulheres negras brasileiras 60+, na relação interseccional entre vivências de racismo, machismo, questões de classe, gênero e idadismo, como possibilidade de compreender os impactos destes fenômenos na fase de velhice destas mulheres. O estudo teórico foi fundamentado em pesquisas sobre o Feminismo Negro, em perspectiva interseccional de Patricia Collins, Bell Hooks, Lélia Gonzáles e outros. A metodologia adotada é a história de vida tendo como princípios basilares a



Escrevivência de Conceição Evaristo e os estudos de Eclea Bosi sobre Memórias Lembranças de Velhos para reconto da histórias da sociedade. O estudo trata o envelhecimento como processo biopsicossocial, problematizando a categoria idoso como construto universal que invisibiliza questões singulares de vivências das mulheres negras brasileiras velhas e mais velhas como grupo historicamente marginalizado. Estudar a qualidade de vida da pessoa idosa pelo recorte classe/raça/gênero e velhice permite inteligibilidade sobre a complexa desigualdade social produzida pelo racismo brasileiro, que penaliza com maior iniquidade as mulheres negras. Ainda, ouvir essas mulheres é, para os estudos decoloniais, aspecto fundamental para proposta de priorizar, pensar, planejar e garantir financiamento para a efetivação das políticas públicas, programas e serviços voltados a promoção de uma velhice de qualidade para as mulheres negras 60+.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - RACISMO, ENVELHECIMENTO E VELHICE DA MULHER NEGRA NO CONTEXTO DAS DESIGULDADES SOCIAIS NO BRASIL

A questão do envelhecimento das mulheres negras é hoje um desafio a ser enfrentado por pesquisadores e pesquisadoras negros que devem trazer em suas pautas discussões que avancem sobre essa temática. Para Moura (2023), as desigualdades decorrentes o racismo brasileiro exclui a pessoa idosa, em particular as mulheres negras, de políticas públicas como o acesso aos serviços de saúde. Deste modo, compreender o envelhecimento das mulheres negras brasileiras requer apreendê-lo à guisa das análises históricas e culturais que orientam as relações sociais, onde as desigualdades de classe, gênero e racismo definem quais corpos são descartáveis. Um olhar atento a estas questões permitem compreender a singularidade e a particularidade que atravessam o envelhecer destas mulheres, desdobrando-se em múltiplas iniquidades. Isto é, compreendê-las enquanto sujeitos que, historicamente, à luz da formação da sociedade brasileira, têm sofrido com exclusão e marginalização pelas desigualdades postas por uma sociedade capitalista, machista, classista e idadista, que se organizou economicamente em torno da escravização dos corpos negros e descarte de corpos considerados socialmente inúteis economicamente (Almeida, 2021).



Ao se analisarmos as categorias racismo em perspectiva interseccional ao machismo e questões de classe social, intra-gênero e intergênero em diálogo com o envelhecimento, a velhice da mulher negra toma um sentido particular. Esses dispositivos como estruturas analíticas, a partir de suas especificidades próprias, são dinâmicos, camaleônicos, mutantes, mas acima de tudo envoltos na pétreia e múltiplas determinações e contradições próprias da sociedade de classe. Somando-se a isso temos o da palavra idoso como categoria universal, que uniformiza as formas de produção de políticas públicas protetivas a pessoas idosa, passando a ideia equivocada de que todos tem iguais acessos e usufruto dos benefícios sociais. Tal visão hegemônica de velhice e envelhecimento cria uma falsa realidade de acolhimento a pessoa idosa coletivamente e impede que ações práticas e personalizadas atendimento as pessoas idosas sejam implantadas, anulando qualquer possibilidade de promoção da equidade com programas de alcance específico para cada estratos socioeconômico, em particular aos grupos mais carentes.

Desta maneira, o corpo teórico do presente estudo problematiza questões que envolvem a velhice negra a partir da relação entre história da colonização do Brasil e o racismo e construção ideológica do racismo brasileiro, abrindo novos espaços de reflexão sobre o enfrentamento das desigualdades sociais, opressões e violências resultantes do machismo, subalternização das relações de gênero – intra-gênero e intergênero – e idadismo como fenômenos que atuam interseccionalmente como o racismo estrutural brasileiro. Discute o Feminismo Negro como movimento emancipador, em oposição ao modelo eurocêntrico de mulher universal que marca o Movimento Feminista. Problematisa ainda aspectos sociais que impactam danosamente a fase de envelhecimento das mulheres negras no Brasil, como por exemplo a visão do idoso como categoria universal que invisibiliza as condições de desigualdade social vivida pela mulher negra 60+, tratado aqui como mais um dos tantos dispositivos perpetuadores da opressão e exclusão das mulheres negras na fase da velhice, trazendo contribuições teórico-epistêmicas de referências em estudos sobre racismo, feminismo negro e questões da velhice: Patrícia H. Collins, Bell Hooks, Lélia González, Neuza Santos Souza, Sueli Carneiro, Grada Kilomba, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo, Ecléa Bosi, Leides A. Moura e outros.

Neste estudo a velhice da mulher negra é tratada como fenômeno biopsicossocial, colocando em relevo aspectos históricos, culturais e políticos fundantes da sociedade organizada pelo racismo estrutural brasileiro, que historicamente vítima as mulheres negras, trazendo múltiplos desdobramentos sobre a vida e impactando de modo negativo a fase da velhice. A



discussão aqui proposta avança em relação a outros estudos por relevar esta temática, tornando-a palatável a todos os grupos: gestores públicos, profissionais da saúde, educadores, organizações sociais não governamentais e que atuam em defesa dos direitos da população, organizações representantes do feminismo negro e sociedade em geral, contribuindo para o aprofundamento das discussões sobre a temática ao mesmo tempo que busca subsidiar teoricamente estudos sobre políticas públicas, programas e ações que promovam a interface entre o reconhecimento da singularidade e ações personalizadas voltadas aos cuidados protetivos e a melhoria da qualidade de vida das mulheres negras 60+.

3 METODOLOGIA

O diálogo interseccional entre racismo, machismo, questões de classe e gênero é uma discussão relativamente recente, e ainda mais, a combinação entre estes dispositivos determinantes de organização social e o envelhecimento das mulheres negras. Hooks (2020) em seus estudos sobre o feminismo negro, conjectura sobre complicidade e inseparável relação entre racismo e colonialismo, propondo pensar a interseccionalidade para compreendermos a imbricada relação entre raça, gênero e sexualidade. Desde os tempos coloniais o mundo social foi balizado pelo binarismo homem-mulher, onde a referência desde aquele período até hoje é centrada no homem-europeu -burguês-colonial-moderno e seu avesso, a mulher-europeia-branca-burguesa. Assim, a ideia de uma categoria homogênea universalista tem como base a o modelo binário ideal. Por exemplo, quando se fala em mulheres a referência é feita à mulher branca. E, mesmo quando se fala negro, há relação é feita aos homens negros, que neste caso adquire status de superior as mulheres negras. Desta forma, a mulher negra é o Outro do homem negro e é o Outro da mulher branca, o corpo excluído, objetificado, desumanizado que na velhice pode e será descartado.

Exponentes da luta antirracista e feminismo negro como Patrícia Collins, Bell Hooks, Ângela Davis e brasileiras como Lelia González, Sueli Carneiro, Neuza Santos Souza e outras por mais de meio Século tem denunciado ao mundo sobre as múltiplas falácias de modelo categoria universal feminina e masculina, de igualdade racial, igualdade de gênero e ‘superção do racismo’ ou, como é o caso do Brasil, ‘o mito da democracia racial’. São vozes que desde meados do Século XX tem convocado outras mulheres negras ao aquilombamento para o



fortalecimento da luta contra hegemônica. Os estudos vanguardistas destas mulheres negras, trazem como elemento comum a interseccionalidade como uma ferramenta analítica amplamente produtiva para o pensamento feminista negro (Hooks, 2020). Esses estudos e discursos se tornaram molas propulsoras para que um debate cada vez mais efervescente sobre a condições sociais das mulheres negras crescesse no Brasil. O amadurecimento destas discussões tem permitido avançar em outros frentes de luta, iluminando produções científicas cada vez mais abundantes onde o viés epistemológico interseccional e decolonial trazem cada vez mais imbricados argumentos irrefutáveis que explicam a estrutura organizacional da sociedade cimentada pela imbricada relação determinista entre os dispositivos: raça, classe e gênero.

Neste sentido o feminismo negro em discussão interseccional em pesquisas brasileiras, favoreceu a construção de modelos teóricos embasados na premissa irrefutável de que as mulheres negras possuem demandas distintas provocadas pelo racismo, machismo e sexismo fundante de matriz social delineada por um tipo particular de colonialismo praticado no Brasil por mais de três séculos e que ainda subiste como cultura e ideologia em nossa sociedade (Chauí, 2000). Deste modo, a perspectiva interseccional que articula as diferenças/desigualdades com questões históricas e culturais que orientam estas pesquisas permitem ancoragem a um modelo transversal de relação étnico-racial que incorpora o patriarcado, o capitalismo e o discurso supremacia branca e branquitude (Bento, 2002), com elementos de exclusão como vulnerabilidade econômica das mulheres negras, violência estética, sexual e emocional, abandono familiar, pobreza, marginalização, subalternização das atividade trabalhistas, feminicídios e outros.

A imbricada relação entre questões de classe, gênero e raça atuam transversalmente como vivências no processo de envelhecimento das mulheres negras brasileiras, com impactos diretos sobre o envelhecer e com desdobramentos danosos principalmente a saúde mental e emocional destas mulheres. Tais danos resultam das formas como esses sujeitos serão entendidos no contexto das relações sociais e em contexto intrafamiliar.

Santos (2016, p. 47) constata que “o processo de envelhecimento para as mulheres negras pode reforçar desigualdades, pois, além da discriminação de gênero, raça e classe social [...], agrega-se uma outra dimensão: a idade”. Neste caso outro dispositivo opressor: o idadismo, passa a atuar com igual força, favorecendo a marginalização e exclusão e potencializando os danos a velhice da mulher negra



Ainda, em relação a mulher negra e mercado de trabalho, os dados apontam que o afastamento laboral para usufruto do merecido descanso na fase da velhice não acontece como para o resto sociedade. Enquanto para a sociedade homens e mulheres, em geral, aposentam-se entre os 55 e 65 anos, as mulheres negras continuam ativas no mercado em funções subalternas como limpeza ou trabalho doméstico (Carneiro 2003). E quase sempre em dupla jornada.

A pesquisa de González (1982, 1984), Carneiro (2003) e Lemos (2023), apontam o trabalho doméstico como ocupação laboral principal das mulheres negras. Ainda, acrescentam que, geralmente, as trabalhadoras negras domésticas terão uma velhice mais amarga que outros trabalhadores por não disporem de capital financeiro para custear suas velhices. Suas vidas permeadas por necessidade imediatas sequer permitem a elas pensarem em alcançar a velhice, muitas delas continuam reesponsáveis pela família mesmo na velhice, outras não constituíram família ou perderam os vínculos afetivos ao longo da jornada. A vida dedicada as famílias dos patrões não são suficientes para garantir cuidados na velhice: o “ser quase da família” não lhes dá garantia de acesso ao cuidado nessa fase da vida quando são tratadas como descartáveis. Muitas continuam trabalhando durante a fase da velhice como cozinheiras ou faxineiras com rendas mensais abaixo de um salário-mínimo. Desse modo, entende-se a velhice da mulher negra como dimensão subjetiva existencial determinada pelas relações estabelecidas com o social e organizadas pelas relações culturais e históricas, estão definida a priori e determinam o lugar social do corpo feminino negro na sua velhice, a base da pirâmide.

Considerando a singular realidade das mulheres e a importância de pesquisas científicas que produzam visibilidade a esta iniqua condição em pleno século XXI, buscamos em bell hooks (1995, p. 475), a necessária inspiração quando ela fala que “nenhuma mulher negra pode se tornar intelectual sem descolonizar seu pensamento.” Assim, os estudos interseccionais e decoloniais que compõe o arcabouço teórico deste estudo possibilitou construções analíticas prévias que ancoraram e legitimaram os dados levantados no campo empírico.

Contudo o campo empírico permitiu avançar nos estudos sobre velhice da mulher negra. A escolha investigativa de histórias de vida das mulheres negras 60+nos encaminhou a um terreno relativamente desconhecido de gratas descobertas e autodescoberta. A busca por dados e informações a partir das narrativas das participante foi se ampliando, permitindo que acessássemos mais profundamente as aspectos subjetivos quase sempre invisibilizados em pesquisas desta temática. A cada dialogo se descotinavam diferentes realidades que nos



entristecia, indignava, revoltava, mas, que ao mesmo tempo nos fortalecia pela possibilidade de podermos conhecer e dar a conhecer uma outra mulher negra 60+, aquela protagonista de sua história de vida. Foram surgindo mulheres fortes, empoderadas, conscientes de suas qualidades e responsabilidades ancestral e com as gerações mais novas.

Dar voz as mulheres negras 60+ participantes da pesquisa permitiu referendar a proposição de Conceição Evaristo quando afirma que as histórias de mulheres negras não são para ninar os da casa grande, mas para reivindicar o lugar da mulher negra no mundo como sujeitos de direito com potencial de contribuir com suas experiências para os debates sobre história, cultura e sociedade recontando a história das mulheres negras brasileiras em oposição a história única oficial (Evaristo, 2020a). E, acima de tudo, capazes de defender nosso espaço de fala. Um exercício de escrever sobre cada uma e sobre todas nós.

Esta pesquisa, pela metodologia História de Vida adotada, propõe a análise da realidade por uma lógica inversa ao discurso colonial que permeia os estudos sobre história e cultura do povo negro brasileiro e a história das mulheres negras. Neste estudo trazemos como proposta o diálogo entre a Escrivência de Conceição Evaristo (2020a) e os estudos de Eclea Bosi (2016), sobre lembranças da velhice e sociedade, permitiu que avançássemos para além do óbvio, mergulhando em um universo subjetivo constituído por vivências singulares e ao mesmo tempo configuradas como experiências coletivas. O objetivo neste caso foi, a partir do diálogo entre as duas autoras, produzir a análise do conteúdo narrativo que permitisse em sua organização articular em unidade o passado e o presente, dando sentido as narrativas das participantes sem incorrer no risco de perder a objetividade do estudo científico e perspectiva crítica.

A doutora em Literatura Comparada, escritora e filósofa negra Maria da Conceição Evaristo de Brito, propõe como sua Escrivência, dar voz as mulheres negras e partir das narrativas de suas experiências de vida em diálogo com o arcabouço teórico interseccional do feminismo negro, como possibilidade de reconstruir a trajetória histórica das mulheres negras brasileiras e fortalecer a identidade feminina negra para o enfrentamento e (re)existência ao sistema opressivo racista patriarcal.

O conceito de Escrivência, segundo proposto por Evaristo (2020a), tem valor heurístico por permitir compreender a complexidade hegemônica do racismo, machismo e sexismo, que se expressa em diferentes espaços – político, histórico, acadêmico, cultural etc. – como dispositivos opressores, ao mesmo tempo que produz visibilidade compreensiva a sinuosa e ladina sabedoria



ancestral que tem sustido e com processos de resistencia e resiliencia as mulheres negras ao longo de Séculos de opressão. A

Ainda, para Evaristo (2020a), Escrever histórias de vida de mulheres negras tem como potencial expor, sem arremedos ou desculpas, questões de classe social, raça e gênero. Escrever é, portanto, ato de defesa de direitos de fala, de formação e de reivindicação histórica. É acreditar que toda pessoa tem algo para compartilhar; e que, ao registrar ou publicar, promove sentidos, reconhecimentos e uma compreensão de vida.

Já a doutora em Psicologia Social Ecléa Bosi, com rigor metodológico exigido para pesquisadores cientistas, formulou com base nos estudos sobre sociedade, velhice, histórias de vida e Psicologia Social, um modelo teórico-epistêmico que permite ao pesquisador compreender a sociedade contemporânea a partir de relatos de testemunhas que viveram e fizeram história. As lembranças das pessoas velhas são defendidas por ela como infundável material histórico que quando explorado com ética e compromisso social permite compreender os movimentos e transformações sociais dando protagonismo a indivíduos e grupos invisibilizados pela história oficial.

Deste modo os resultados apresentados a seguir são expressão de como o contexto atual das mulheres participantes da pesquisa estão atravessados pelas vivências pessoais e pela história e cultura da formação social do nosso país. Poder mobilizar processos de subjetivação individuais e sociais, relacionados a temáticas de interesse tão cara como é o relato da história da população negra brasileira, trazendo interseccionalmente discussões sobre vivências reais de testemunhas vivas, articulando as narrativas a conceitos de autores consagrados nos diversos campos abordados só se tornou exercício possível pela aplicação do rigor metodológico de Ecléa Bosi e a proposta subversiva de estudo da história presente na Escrevência de Conceição Evaristo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As análises das narrativas de história de vida de cada participante, permitiu visibilizar a proposição de mulheres negras ao longo da vida e na velhice, apesar da vivência singulares, experiência de maneira semelhante os desdobramentos do racismo brasileiro em atuação interseccional com questões de classe, raça e gênero.



Tais constatações confirmaram proposições de estudos que fundamentam essa pesquisa de que a mulher negra brasileira compartilham a experiências de violência intra-gênero e inter-gênero, vulnerabilidade econômica, desigualdade social, exclusão, silenciamento e apagamento da estética e identidade feminina como resultado do racismo em atuação inteseccional.

Ainda, as participantes relataram problemas com a saúde mental e outros físicos decorrentes de problemas emocionais. Isso permite compreender, pela análise de suas narrativas de histórias de vida no campo da saúde, que os danos à saúde mental destas mulheres não se constituem na fase atual, na velhice, e nem decorrem o envelhecimento biológico. Para Souza (2021) são resultado do cumulativo processo de sofrimento psíquico decorrente de produções emocionais geradas ao longo de suas vidas, que se expressam como dor emocional/física, ansiedade, depressão, sobrecarga e esgotamento físico e mental de existir e resistir, um tipo de ferida sempre aberta, “cujo efeito psíquico toma o feitio de culpa, inferioridade, defesa fóbica e depressão” (Souza, 2021, p. 73).

O somatório de tudo para a velhice das mulheres negras são danos irreversíveis a saúde mental como doenças somáticas e uso eventual ou regular de medicação psiquiátrica. Todavia, o estudo também produziu inteligibilidade a processos subjetivos e objetivos singulares e grupais, que marcam de modo inequívoco que estas mulheres não são vítimas passivas e nem se veem como incapazes de gerar processos de resistência e subversão ao normatizado.

Foram identificados processos de enfrentamento das adversidades nomeados pela pesquisadora para geração de categorias de análise como: resistência, resiliência, fé, autodeterminação, autonomia e emancipação. As participantes descreveram suas atitudes enfrentamento e superação das dificuldades ante as adversidades de: teimosia, vontade de viver, sobrevivência, luta, resistência, fé, coragem, direito de fazer escolhas, direito de decidir, sabedoria, inteligência, força, capacidade de enfrentar a vida, autoconfiança e outros.

Em síntese a autoavaliação de sua histórias pessoais, a partir das lembranças de pessoas velhas emergem como sentimento de autorealização e autoreconhecimento de que – cada uma a sua maneira e como coletivo - foram capazes construir suas histórias pelo viés do empoderamento como mulheres.

Todas reconhecem que, por serem mulheres e negras tem um destino mais pesado, pois foram ensinadas por outras mulheres negras (mães, tias, irmãs, filhas etc.) a lutarem pelo direito a dignidade e liberdade. Por isso, foram capazes de abrir novos caminhos, ropendo



casamentos, laços familiares opressivos, trabalhos onde eram mal remuneradas e vítimas de assédio sexual e moral a irem em frente. E pela autovalorização como protagonistas de suas histórias, algumas delas construíram novos casamentos ou decidiram como escolha pessoal não terem compaheiros. Contudo, independentemente de terem ou não esposos, nenhuma delas atribui a estes as suas felicidades. Longe disso, ao seu modo cada uma construiu o seu mundo onde a premissa maior foi não renunciar à liberdade e direito de buscarem as suas felicidades. Com autonomia e autodeterminação, seguiram e seguem como protagonistas de suas vidas, ainda ativas apoiando a família e contribuindo pelo exemplo, com os cuidados e, quando necessário, financeiramente para ascensão social pelo estudo para os seus entes – filhos, netos, sobrinhos, bisnetos etc., atualmente médica, advogados, funcionários públicos concursados e outras funções que lhes garantem relativa segurança financeira.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa concluiu que as mulheres negras 60+ (velhas e mais velhas) são o grupo mais vitimado pelo racismo brasileiro e, por isso, chegam à fase da velhice com quadros evidentes de danos à saúde mental, resultantes do sofrimento psíquico gerado pelas múltiplas e recorrentes vivências de violência e opressão, tanto na sociedade como em contexto intrafamiliar. Todavia, o ponto alto da pesquisa foi identificar, em todas as narrativas, histórias de enfrentamento e de luta contra o que, cultural e historicamente, se normatizou na sociedade brasileira como “lugar” da mulher negra. Essas mulheres podem ser definidas como potência de resistência e determinação, além de apresentarem uma infinita capacidade de se reconstruírem e de enfrentarem quaisquer desafios para a própria sobrevivência e em defesa de seus entes queridos.

Ao favorecer um espaço dialógico entre narrativas de mulheres negras na fase da velhice, pela experiência de narrar e escrever, o presente estudo possibilitou a todas as envolvidas a autoreconstrução da identidade feminina negra: o “viver”, o “se ver”, o “se tornar visível”, o “Escrevivênciar” e o reconto da verdadeira história das mulheres negras brasileiras. Trata-se de mulheres com vivências singulares que, como grupo, vão para além da condição de oprimidas e subalternizadas. As mulheres negras brasileiras 60+, individual e coletivamente, vivem, veem, sentem e falam de si mesmas como resistência, força e potência na luta diária de enfrentamento



das adversidades, referenciando-se a si mesmas como modelos de (re)existências (Ecléa Bosi, 2016; Evaristo, 2020a, 2020b).

A construção desta pesquisa, apesar dos percalços e dificuldades pessoais, possibilitou elaborar reflexões críticas sobre a velhice da mulher negra como parte integrante do enredo produzido pelo exercício do poder da colonialidade. Funcionou também como um exercício de encontro comigo mesma, como mulher negra 60+, pois ampliou o meu olhar para a realidade singular que atravessa nossas vidas e que, muitas vezes, é camuflada por discursos esdrúxulos e tendenciosos que nos culpabilizam por nossas agruras, adensando de modo negativo a nossa existência. As forças dos dispositivos do racismo, do machismo e do sexismo atuam na definição e imposição de um lugar de subalternidade, colocando as mulheres negras em condições marginalizadas e nos piores indicadores sociais; o resultado são danos crônicos à saúde mental e física.

Proponhe-se, então, que os centros acadêmicos e os órgãos governamentais detenham o olhar sobre o envelhecer das mulheres negras, em especial problematizando a dimensão do cuidado enquanto tecnologia política, social e intersubjetiva, cujo objetivo é dar amparo e qualidade de vida ao corpo estético-político da mulher negra 60+, sistematicamente atravessado por experiências singulares de exclusão e opressão. Mas, para além do sofrimento, falamos também de agência e resistência, bem como da construção de uma agenda de luta a partir do protagonismo de mulheres negras na velhice.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S L de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, S. L. DE. **Necropolítica e Neoliberalismo**. Caderno CRH, v. 34, p. e021023, 2021.

BARBOSA, A. C.; OLIVEIRA, R. G. DE.; CORRÊA, R. M. **Cuidado em Saúde e mulheres negras: notas sobre colonialidade, re-existência e conquistas**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, n. 9, p. 2469–2477, set. 2023.

BENTO, M. A. S. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2002.

BEZERRA, P. A.; NUNES, J. W.; MOURA, L. B. DE A. **Envelhecimento e isolamento social: uma revisão integrativa**. Acta Paulista de Enfermagem, v. 34, p. eAPE02661, 2021.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos** (7a ed.). São Paulo: Companhia das Letras. 2016.

BRASIL. LEI Nº 8.842, de 4 de janeiro 1994. **Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8842.htm. Acesso em: 25 de out. de 2025.

BRASIL. Estatuto do Idoso LEI Nº10.741, 1º outubro 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 25 de out. de 2025.

CARNEIRO, S. (2003). **Gênero e raça na sociedade brasileira**. In: CARNEIRO, Sueli. Escritos de uma vida. São Paulo: Pólen Livros, 2019a, p. 150-184.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: a construção do Outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CHAUÍ, M de S. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

EVARISTO, C. **Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face**. In: Nadilza Martins de Barros Moreira; Eliane Schneider (Org.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. 2 ed. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020a, p. 219–229.

EVARISTO, C. **A escrevivência e seus subtextos**. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Orgs.). **Escrevivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020b, p. 26-46.

GONZALEZ, L. A mulher Negra na Sociedade Brasileira. In. LUZ, Madel T. (Org.). O Lugar da Mulher: Estudos sobre a Condição Feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In L. A. Silva (Org.), **Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos** (Revista Ciência Sociais



Hoje, n. 2, pp. 223-244). Brasília, DF: Anpocs. 1984, p. 223-244. Disp. em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20%20.
Acesso em 22 de dez. de 2023.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Tradução de Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LE MOS, A. dos S. **Das senzalas, aos quartinhos, das casas aos abrigos: reflexões sobre como envelhecem as trabalhadoras domésticas negras no Brasil contemporâneo** / Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro. 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 1ª edição [2003]. São Paulo: N-1, 2018.

MIGNOLO, W. D.. Colonialidade: **O Lado Mais Escuro da Modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 94, p. e329402, 2017.

MOURA, L B A; BONICENHA, R C; OLAYA, E; BARROSO, Á E S. **Apresentação do Dossiê**. PerCursos, Florianópolis, v. 24, p. e0100, 2023. DOI: 10.5965/19847246242023e0100. Disponível em:
<https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/23725>. Acesso em: 25 fev. 2024.

MOURA, R. F. *et al.* **Fatores associados às desigualdades das condições sociais na saúde de idosos brancos, pardos e pretos na cidade de São Paulo, Brasil**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 28, n. 3, p. 897–907, mar. 2021. Acesso em março 2024.

MUNANGA, K. As ambiguidades do racismo à brasileira. O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise. Tradução. São Paulo: Perspectiva, 2020. Disponível em:
[https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_3117175_AsAmbiguidades do Racismo a Brasileira.pdf](https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_3117175_AsAmbiguidades%20do%20Racismo%20a%20Brasileira.pdf). Acesso em: 03 dez. 2023.

QUIJANO, A. (2005). **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In E. Lander (Org.), **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas** (pp. 107-130). Clacso.

SANTOS, N. M. **Negras velhas: um estudo sobre seus saberes nas perspectivas de envelhecimento, trabalho, sexualidade e religiosidade**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. 2016.

SOUZA, N. S. **Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social** / Neusa Santos Souza. - Rio de Janeiro Edições Graal, 2021.